Comissão da Crise Hídrica

REQUERIMENTO Nº /2015 (da Sr^a. Flávia Morais)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão da Crise Hídrica, no intuito de debater as medidas para enfrentar a crise hídrica no País.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre as medidas de combate e prevenção da crise hídrica no país, com a presença de autoridades no assunto e representantes dos Estados brasileiros que se destacam na adoção de medidas preventivas para equacionar o problema da escassez de água:

- a) Ministra do Meio Ambiente, da Ciência e da Tecnologia
- b) Diretor Presidente da Agência Nacional das Águas ANA
- c) Secretário de Recursos Hídricos do Estado de Goiás
- d) Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul
- e) Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Paraná
- f) Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso

<u>Justificação</u>

As perspectivas de escassez hídrica para 2015 e para os próximos anos são preocupantes. O problema da escassez de água no Brasil perpassa pela má gestão dos recursos naturais, pela ausência de políticas públicas e de medidas concretas de combate ao desperdício de água tratada e pelas recentes secas que vêm afetando o país.

Nos últimos anos, principalmente em 2014, a seca levou 1.265 municípios de 13 estados do Nordeste e do Sudeste a decretarem situação de emergência, de acordo

com dados do Ministério da Integração Nacional. Atualmente, 936 cidades enfrentam problemas relacionados à estiagem.

Diante desse cenário, problemas com abastecimento hídrico, reservatórios em níveis de alerta e práticas como o racionamento de água já são realidade em cinco das dez maiores regiões metropolitanas do país.

Em que pese o problema se alastrar por todo o território brasileiro, alguns estados, como Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, destacam-se no planejamento e manejamento de recursos hídricos ao adotar medidas e realizar obras destinadas a economizar água e minimizar o reflexo da crise na agricultura, indústria e demais segmentos.

Considerando o contexto atual, propostas que visam ao uso eficiente e racional da água, ao desenvolvimento sustentável e ao gerenciamento integrado deste recurso assumem papel crucial nas deliberações legislativas e devem ser disseminadas por todo o país.

Dessa forma, solicito atenção aos Nobres Pares para apoiarem a realização da presente audiência pública que se destina a debater tema de extrema relevância ao Brasil.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2015.

Flávia Morais

Deputado Federal (PDT-PB)